

# EDUCAÇÃO, A OPORTUNIDADE PARA COMBATER À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL

(EDUCATION, THE OPPORTUNITY TO CHANGE POVERTY AND SOCIAL INEQUALITY)

**ANTONIA PEREIRA DA SILVA**

Pós-graduação em Docência do Ensino Superior  
Faculdade de Ciências Médicas e Jurídicas – FACMED – FABIC  
Augustinópolis - TO

Contato: [toinha.axixa@bol.com.br](mailto:toinha.axixa@bol.com.br)

## RESUMO

A pobreza e a desigualdade social são problemas sociais que afetam a maioria dos países do mundo na atualidade, principalmente os países subdesenvolvidos e não desenvolvidos, como o Brasil, onde não há um equilíbrio no padrão de vida dos seus habitantes, seja no âmbito econômico, escolar, profissional, entre outros. O artigo em questão foi desenvolvido com base em pesquisas bibliográficas retirados de livros, artigos, revistas científicas e da internet. O objetivo do estudo foi de fazer uma breve reflexão sobre a importância da educação no combate à pobreza e a desigualdade social. Os resultados mostraram que as diferenças educacionais entre os indivíduos geram desigualdade no mercado de trabalho, que gera desigualdade na renda, resultando na persistência da pobreza. A pobreza e a desigualdade social estão associadas a múltiplas causas, porém, estão fortemente correlacionadas ao baixo nível de escolaridade. Conclui-se que a educação é uma ferramenta importante no combate à pobreza e a desigualdade social, mas para que isso aconteça é necessário que se façam mudanças no sistema educacional, principalmente no concernente à democratização do ensino, proporcionado a todos os alunos, incluindo os alunos mais pobres e necessitados e mais vulneráveis, uma educação igualitária e de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação, Pobreza, Desigualdade Social.

## ABSTRACT

*Poverty and social inequality are social problems that affect most countries in the world today, especially underdeveloped and undeveloped countries, such as Brazil, where there is no balance in the living standards of its inhabitants, in either the economic, scholar, or professional spheres, among others. This article was developed based on bibliographic research taken from books, articles, scientific journals and the internet. The aim of the study was to make a brief reflection on the importance of education in combating poverty and social inequality. The results showed that educational differences between individuals generate inequality in the labor market, which generates income inequality, resulting in the persistence of poverty. Poverty and social inequality are associated with multiple causes, but they are strongly correlated with low levels of education. It is concluded that education is an important tool for decreasing poverty and social inequality, but for this to happen it is necessary to make changes in the educational system, especially regarding the democratization of education, providing to all students, including the poorest and most needy and most vulnerable students, a quality and equal education.*

**Keywords:** Education, Poverty, Social inequality.

## 1. INTRODUÇÃO

A falta de acesso a ensino de boa qualidade, saúde, energia elétrica, água potável e outros serviços fundamentais ainda é uma realidade para milhões de pessoas em todo o mundo, seja por fatores socioeconômicos, de gênero, etnia ou geografia (RAMOS, 2016).

Nesse contexto, a desigualdade, a exclusão social e a existência de um sistema político corrupto são consideradas os fatores principais associados a pobreza, proporcionando como consequência mais pobreza, miséria, desemprego, discriminação social, baixa expectativa de vida, entre outras (RAMOS, 2016).

Na verdade, a pobreza e a desigualdade social são problemas sociais que afetam a maioria dos países do mundo na atualidade, principalmente em países subdesenvolvidos e não desenvolvidos, como o Brasil, onde não há um equilíbrio no padrão de vida dos seus habitantes, seja no âmbito econômico, escolar, profissional, entre outros. Assim, a discussão a respeito da pobreza e da desigualdade social persistente no Brasil tem sido objeto de inúmeros estudos, especialmente nas áreas da educação, economia e assistência social (GARRAFA; SETUBAL, 2015). Dessa forma a escolha do tema é de suma importância, pois se trata de assunto atual, polêmico e de interesse social e educacional.

Diante dessa reflexão, levantou-se o seguinte questionamento: A educação é importante para combater a pobreza e a desigualdade social? Para responder essa problemática, justifica-se que a educação é uma ferramenta importantíssima para combater a pobreza e a da desigualdade social, pois investir no sujeito, desde a infância, por meio da educação de qualidade é uma forma de aumentar os seus bens, reduzir as desigualdades sociais e combater a própria pobreza. Assim, o acesso dos indivíduos a uma educação de qualidade está diretamente relacionado ao aumento da sua capacidade de gerar renda (SOARES, 2015).

Vale frisar que as diferenças educacionais entre os indivíduos, proporcionado um baixo nível de escolaridade para os educandos pobres, geram uma desigualdade no mercado de trabalho e conseqüentemente na renda, que resulta na persistência da pobreza. Assim, percebe-se que a redução da pobreza e da desigualdade social passa pela democratização do ensino e da educação de qualidade (BRITO et al., 2016).

Sendo assim, objetivo do estudo em questão é de fazer uma breve reflexão sobre a importância da educação no combate à pobreza e a desigualdade social.

## **2. EDUCAÇÃO, A OPORTUNIDADE PARA O COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL**

### **2.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO**

De acordo com Santis (2015), educação é o ato de educar, de instruir é polidez, ou seja, a educação engloba os processos de ensinar e aprender, de ajuste e adaptação. No seu sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte, mas também engloba o nível de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um indivíduo e a sua capacidade de socialização.

Agora no sentido técnico, Oliveira (2016) ainda ressalta que, a educação é entendida como todo o processo contínuo de formação e ensino aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou privados. De acordo com Oliveira (2016), a Educação divide-se em dois níveis, a educação básica (compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio) e o ensino superior.

Nesse sentido, segundo Santis (2015), no Brasil, a educação é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Algo interessante mencionado por Honorato (2016) é que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que está de acordo com o Decreto n. 6.094 é visto como um conjunto de programas que visam melhorar a Educação no Brasil, em todas as suas etapas, num prazo de quinze anos a contar de seu lançamento, em 24 de abril de 2007. Pode-se dizer que nele estão fundamentadas todas as ações do Ministério da Educação (MEC). A prioridade do plano é a Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Assim, conforme Paniago (2016, p. 02),

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), está de acordo com o Decreto n. 6.094, dispondo sobre o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, o PDE que abriga os programas em desenvolvimento pelo MEC, na circunstância foi lançado do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cada ministro teria que indicar as ações que se enquadrariam no referido programa, o MEC aproveitou e lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (DEB). O PDE vem com efeito, das ações que cobrem todas as áreas de atuação, com os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio do de infraestrutura do MEC. O PDE com MEC traz diversos projetos entre eles que está junto com a educação básica situam-se o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) complementadas pelos programas de apoio, como Transporte Escolar, Luz para Todos, Saúde nas Escolas, Guia das Tecnologias Educacionais, Educacenso, Mais Educação, Coleção Educadores e Inclusão Digital.

Nesse contexto, Santis (2015) ainda diz que a principal meta do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) é uma educação básica de qualidade, mas para isso deve-se investir na educação profissional e na educação superior. Assim, é necessário o envolvimento de todos: pais, alunos, professores e gestores, em busca da permanência do aluno na escola. Com o PDE o Ministério da Educação pretende mostrar tudo o que se passa dentro e fora da escola e realizar uma grande prestação de contas. As iniciativas do MEC, conforme o autor, devem chegar a sala de aula para beneficiar a criança para atingir a qualidade que se deseja para a educação brasileira. O PDE foi editado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e este por premissas a visão sistêmica da educação, a sustentação da qualidade do ensino e a prioridade a educação básica (SANTIS, 2015).

Nesse contexto, pode-se dizer que a qualidade da educação

[...] é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação a aprendizagem das crianças etc. Destaca, ainda, que a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno (DOURADO et al., 2016).

A educação não tem uma fórmula pronta a seguir, a fórmula é criada, desvendada a cada passo em que estimulamos os nossos educandos, estes por sua vez têm seus conhecimentos prévios que devemos levar em consideração para acrescentar nessa “fórmula” do educar, inserir a história da comunidade no currículo da escola para que estas se incluam na educação trazendo assim motivação necessária ao processo de ensino-aprendizagem (OLIVEIRA, 2016).

## 2.2 POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

De acordo com a Comissão sobre Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, das Nações Unidas (2001) citado por Moita (2015), a pobreza pode ser definida condição humana caracterizada por privação sustentada ou crônica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais,

econômicos, políticos e sociais, ou seja, a pobreza é a privação das condições necessárias para termos acesso a uma vida digna.

Segundo Alvares (2016, p. 03), a pobreza é entendida como:

[...] uma situação social e econômica caracterizada por uma carência marcada na satisfação das necessidades básicas. As circunstâncias para especificar a qualidade de vida e determinar se um grupo em particular se cataloga como pobre tem o costume de ser o acesso a recursos como educação, moradia, água potável, assistência médica, etc. Mesmo assim, é costume que se considerem como importantes para efetuar esta classificação às circunstâncias de trabalhos e nível de recursos. A variedade de elementos citada faz com que a tarefa de medir a pobreza seja regida por diversos parâmetros. Sabe-se que existem dois critérios: o chamado “pobreza absoluta” que se enfatiza nas dificuldades para alcançar níveis mínimos de qualidade de vida (nutrição, saúde, etc.) e o chamado “pobreza relativa”, que se enfatiza na ausência de recursos para a satisfação das necessidades básicas, seja em parte ou em sua totalidade.

É importante ressaltar, conforme Moita (2015), que geralmente limita-se o conceito de pobreza a uma dimensão meramente monetária / financeira e transpõem-se para o conceito de exclusão social outras dimensões tais como o acesso aos direitos e aos serviços.

Corroborando com Moita (2015), Ramos (2016), explica que a pobreza é considerada um termo que pode estar associada a diferentes aspectos da vida dos indivíduos, tais como: a carência de bens e serviços essenciais para a vida (alimentação, vestuário, cuidados com a saúde, alojamento), a carência social (a incapacidade dos indivíduos de participarem de modo igualitário na sociedade, associando assim essa situação ao conceito de exclusão social), entre outras.

Para Souza (2016, p. 01)

A Exclusão Social designa um processo de afastamento e privação de determinados indivíduos ou de grupos sociais em diversos âmbitos da estrutura da sociedade. Trata-se de uma condição inerente ao capitalismo contemporâneo, ou seja, esse problema social foi impulsionado pela estrutura desse sistema econômico e político. Assim, as pessoas que possuem essa condição social sofrem diversos preconceitos. Elas são marginalizadas pela sociedade e impedidas de exercer livremente seus direitos de cidadãos. Podemos salientar as condições financeiras, religião, cultura, sexualidade, escolhas de vida, dentre outros. Os excluídos sociais geralmente são minorias étnicas, culturais e religiosas. Como exemplos temos os negros, índios, idosos, pobres, homossexuais, toxico dependentes, desempregados, pessoas portadoras de deficiência, dentre outros. Observe que essas pessoas ou grupos sociais sofrem muitos preconceitos. Isso afeta diretamente aspectos da vida, e, em muitos casos, gera outro problema chamado de “isolamento social”.

De acordo com Martins (2016), a pobreza pode ser dividida em dois grupos principais, que são:

- **Pobreza Relativa:** ocorre quando um indivíduo ou uma família tem o mínimo necessário para subsistirem, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a área onde estão inseridos, nem com pessoas de status social comparável.
- **Pobreza Absoluta ou extrema:** ocorre quando um indivíduo ou grupo se encontra num nível abaixo do rendimento mínimo, o que não lhes permite comprar bens essenciais. A pobreza absoluta ou extrema divide-se em: pobreza primária, quando o rendimento permite apenas a manutenção, ainda que ao mais baixo nível. E pobreza secundária, ocorre quando o rendimento é suficiente para satisfazer as necessidades básicas, mas devido a má administração dos rendimentos, estas não são satisfeitas.

Em relação à pobreza extrema, algo interessante mencionado por Pena (2016), é que o Brasil, em função de seu histórico de colonização, desenvolvimento tardio e dependência econômica, além dos problemas internos antigos e recentes, possui uma grande quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, vivendo em condição de “extrema pobreza”, com uma renda familiar mensal abaixo dos R\$70,00 por pessoa. O autor ressalta ainda, que ultrapassar esse valor não significa abandonar a pobreza por completo, mas somente a pobreza extrema (PENA, 2016).

Assim, percebe-se que a pobreza extrema é considerada uma ameaça para a vida. Em outras palavras, significa não ter suficiente alimento, água e combustível para se aquecer ou cozinhar, bem como moradia adequada, cuidados com a saúde e educação (RAMOS, 2016).

Moita (2016, p. 01) ressalta que a pobreza extrema,

[...] designa uma situação em que as pessoas não veem satisfeitas as necessidades básicas à sua sobrevivência. Por exemplo, essas pessoas podem passar fome, não possuir água potável, habitação condigna, roupas suficientes ou medicamentos e podem ter que lutar para se manterem vivas. Esta situação é mais comum nos países em desenvolvimento [...].

Vale ressaltar também, de acordo com Ramos (2016), que são vários os motivos que podem levar ao crescimento e agravamento da pobreza em determinadas regiões. Sendo assim, os principais fatores: Econômicos; Socioculturais; Históricos; Naturais; Político-legais.

Assim, é preciso entender, que a pobreza não é uma condição exclusiva de uma região ou outra, como se costuma pensar. Praticamente todas as cidades do país (principalmente as periferias dos grandes centros metropolitanos) contam com pessoas abaixo da linha da pobreza (PENA, 2016).

Nesse contexto, é importante ressaltar, de acordo com Alencar (2016), que o crescimento da desigualdade social, começou com o surgimento do capitalismo, com a acumulação de capital (dinheiro) e de propriedades privadas. O poder econômico ficou concentrado nas mãos dos mais ricos, enquanto que as famílias mais pobres ficaram "à margem" ("marginalizadas") na sociedade (ALENCAR, 2016).

Assim, conforme Camargo (2015), a desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que afetam a maioria dos países na atualidade. Na verdade, a pobreza existe em todos os países, sejam eles pobres ou ricos, mas a desigualdade social é um fenômeno que ocorre principalmente em países subdesenvolvidos e não desenvolvidos, como o Brasil, por exemplo, onde não há um equilíbrio no padrão de vida dos seus habitantes, seja no âmbito econômico, escolar, profissional, de gênero, entre outros.

Pobreza e desigualdade têm natureza distinta, embora a pobreza tenha como determinante a desigualdade. Especialmente na sociedade brasileira, a desigualdade é o aspecto que mais prepondera e surpreende tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Embora apareçam sempre juntos, pobreza e desigualdade são categorias diferenciadas. A pobreza tem várias concepções que não somente a que a explica como carência e insuficiência de recursos financeiros para a sobrevivência. Dentro desse entendimento, é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política (MIRANDA, 2014).

Para Camargo (2015), o termo "desigualdade social" é considerado bastante abrangente, pois o seu conceito compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, de resultado, até a desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, entre outras.

Algo interessante mencionado por Saraiva (2014), é que a desigualdade social, chamada muitas vezes de desigualdade econômica, é um problema social presente em diferentes continentes, países, regiões, estados e cidades. Ele decorre: da má distribuição de renda; da má distribuição de recursos; da lógica do mercado capitalista (consumo, mais-valia); da falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação; da falta de oportunidades de trabalho e da corrupção. Ainda conforme o autor,

[...] a desigualdade social ocorre nos países chamados subdesenvolvidos ou não desenvolvidos. Surge da falta de uma educação de qualidade, de melhores oportunidades no mercado de trabalho, e também da dificuldade de acesso aos bens culturais e históricos pela maior parte da população. Em outras palavras, a maioria fica a

mercê de uma minoria que detém os recursos, o que gera as desigualdades. Estudos afirmam que a desigualdade social surgiu com o capitalismo, que é o sistema econômico que passa a perpetrar a ideia de acumulação de capital e de propriedade privada. Ao mesmo tempo, o capitalismo incita o princípio da maior competição e o nível das pessoas baseados no capital e no consumo (SARAIVA, 2014, p. 01).

Para Camargo (2015), a desigualdade social é uma porta para outros tipos de desigualdades, como por exemplo: a desigualdade de gênero (desigualdade entre os sexos - homens e mulheres), desigualdade racial (desigualdade entre as raças: negro, branco, amarelo, pardo), desigualdade regional (desigualdade entre regiões, cidades e estados), entre outras.

Algo interessante mencionado por Miranda (2016) é que o principal determinante da pobreza e da desigualdade social é a desigualdade na distribuição de renda e oportunidade que possibilitem a inclusão, não só econômica, mas também social. Em outras palavras, alguns indivíduos sendo detentores de muitos bens, enquanto outros vivem na extrema miséria. Entre os fatores que proporcionam a desigualdade social está a má distribuição de renda e a falta de investimentos em políticas sociais.

Nesse sentido Alencar (2016) afirma que a desigualdade social se configura pela falta de educação básica de qualidade; poucas oportunidades de emprego; ausência de estímulos para o consumo de bens culturais, como ir ao cinema, teatro e museus; entre outras características.

Ainda conforme o autor, como consequência da desigualdade social, surge vários problemas sociais que afetam a sociedade, tais como: Favelas (favelização); Fome e miséria; Mortalidade infantil; Desemprego; Aumento da criminalidade; Surgimento de diferentes classes sociais; Atraso no desenvolvimento da economia no país; Dificuldade de acesso aos serviços básicos, como saúde, transporte público e saneamento básico (ALENCAR, 2016).

Miranda (2014) salienta que a desigualdade é um problema estrutural e com múltiplas faces, com raízes na formação sócio histórica e econômica da sociedade. Assim, a pobreza tem como determinante a desigualdade, e para que seja reduzida é fundamental que também se reduza o que a determina. O autor ressalta, ainda, que os níveis de pobreza são mais sensíveis às alterações de desigualdade do que às alterações do crescimento econômico.

Ramos (2016) também salienta que a desigualdade, a exclusão social e a existência de um sistema político corrupto basicamente são consideradas como as principais causas da pobreza, especificamente em países subdesenvolvidos e não desenvolvidos como o Brasil, por exemplo. Assim, como consequência, a pobreza pode gerar e/ou agravar ainda mais a pobreza, proporcionando assim, mais: doenças, miséria, fome, desemprego, discriminação social, baixa

expectativa de vida, carência de saneamento e água potável, risco de instabilidade política, violência, entre outras.

A pobreza também costuma se referir a classe social e econômica das pessoas que são pobres. Já a desigualdade social é um problema social que está presente em todo o mundo, sendo associada na maioria das vezes a má distribuição de renda e da falta de investimento na área social.

### 2.3 EDUCAÇÃO E O COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL

A discussão a respeito da pobreza e da enorme desigualdade social persistente no Brasil tem sido objeto de inúmeros estudos, especialmente nas áreas da educação, economia e assistência social. Ao lado do trabalho, a educação é, sem dúvida, uma das soluções para amenizar ou resolver o problema da pobreza existente no país (GARRAFA; SETUBAL, 2015).

Nesse contexto, Soares (2015) diz que o direito constitucional à educação é concretizado pelo acesso à escola de educação básica, por trajetória escolar regular, isto é, promoção e conclusão na idade esperada das etapas nas quais o ensino está organizado e pelo aprendizado do que é necessário para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ou seja, o direito à educação pode ser monitorado pelos indicadores de acesso, permanência e aprendizado.

Ainda conforme o autor há várias medidas para sintetizar o aprendizado dos estudantes de uma escola. A mais conhecida é o IDEB, que é considerado o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil, com o objetivo implícito da redução da desigualdade educacional (SOARES, 2015).

De acordo com Grispino (2016), a educação infantil é considerada o primeiro passo no combate à pobreza. É nessa fase da vida em que há o desenvolvimento do cérebro, por isso todo cuidado e atenção no processo de ensino e aprendizagem das crianças são necessárias para contribuir com sua formação. O objetivo de toda escola deve ser o de tornar o aluno competente, contribuindo com a sua formação como cidadão. Dessa forma, a escola deve lutar e buscar os meios para realizar este objetivo, para dar aos alunos as ferramentas mentais de ação, a fim de que possam enfrentar o mercado de trabalho, hoje tão exigente. A criança precisa frequentar a boa escola, desde os primeiros anos de alfabetização, porque a aprendizagem é um processo em que uma etapa influi e explica a outra. A construção do conhecimento exige tempo, é preparação

sistemática, gradual, encadeada, ligando os diferentes graus de ensino. Não adianta avançar etapas, se a aprendizagem não se concretizou.

Ainda conforme Grispino (2016), os educadores no ambiente escolar devem ter a consciência que o importante não é a quantidade do que se ensina ao aluno da educação infantil, mas a qualidade do que ele aprende. Porém, o desinteresse oficial por uma escola pública de qualidade se constitui em mecanismo de reprodução das desigualdades fortalecendo a pobreza no país, pois a má formação rebaixa o nível de conhecimento. Nessa acomodação política, o aluno pobre é o maior prejudicado, pois que tem aula com professores mal preparados, cuja efetividade não foi fruto de competência. O ensino fica, assim, nivelado por baixo, pois muitas escolas não proporcionam um ensino de boa qualidade aos mais pobres e mais vulneráveis (GRISPINO, 2016).

Algo interessante mencionado por Borges e Inácio (2015) é que o combate à pobreza é considerado um dos principais desafios mundiais. No Brasil, desde a publicação da Constituição de Federal de 1988, várias garantias de bem-estar foram definidas, com a finalidade de proteger o direito dos cidadãos de forma a aumentar a qualidade ou melhorar as condições de vida. Na prática, essa política social se ampara em programas que estão focados: na transferência direta de renda, na educação, na alimentação e na seguridade social dos desempregados, dos aposentados, dos incapazes. Fazem também parte destas políticas de combate à pobreza os programas de geração de emprego e renda e, programas de qualificação tendo como objetivo aumentar a produtividade e desta forma melhorar a oferta no mercado de trabalho.

Borges e Inácio (2015) ainda dizem que as políticas de enfrentamento da pobreza têm como parâmetros para inclusão nos programas sociais, a linha de pobreza e indigência. Os principais programas sociais como o Benefício da Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família utilizam esse referencial como critério de inclusão das famílias.

Nesse sentido, conforme os autores, os parâmetros estão relacionados aos mínimos sociais de sobrevivência, tendo em vista que, os cálculos para definição da linha de pobreza e extrema pobreza estão relacionados à cesta básica de alimentos simplificada (metodologia utilizada pelo IBGE e IPEA), referente ao teor mínimo nutricional para a existência física. Assim, a redução da desigualdade de renda tem sido proporcionada, dentre outros fatores, pela eficácia de algumas estratégias de enfrentamento à pobreza adotada pelo Governo Federal, como o salário mínimo, a aposentadoria rural, a reforma agrária e, mais recentemente, os programas de transferência de renda, cujo maior expoente é o Programa Bolsa Família (BORGES; INÁCIO 2015).

Nesse contexto, Garrafa e Setubal (2015), dizem que a extensão da bolsa a famílias com crianças e jovens traz nova responsabilidade para as políticas públicas que visam à permanência desses alunos na escola, buscando alcançar a equidade. O alto número de crianças e jovens que abandonam a vida escolar denuncia o verdadeiro abismo que separa a escola e as camadas mais vulneráveis da sociedade. Para intervir nesse quadro, no entanto, é necessário reconhecer o desamparo da escola diante de um contexto altamente complexo.

De acordo com Santos (2016), é fundamental assegurar à população o direito à educação de qualidade, mas também é preciso associar a política social à política educacional. Se não há garantia de moradia, serviços de saúde funcionando, políticas de proteção social, não será a escola que vai funcionar direito.

Nesse contexto, Garrafa e Setubal (2015), ressaltam que a educação é considerada o melhor instrumento para combater a pobreza e a desigualdade social. Mas para que isso aconteça, é necessário investimento público na estrutura física da escola, assim como investimento nos recursos didáticos e principalmente investimento na capacitação dos educadores para que eles saibam trabalhar com essa problemática social na sala de aula, adequando assim, os conteúdos e a prática didática de acordo com a vivência do educando pobre.

Ainda conforme os autores, é importante também proporcionar iniciativas que promovam a abertura da escola à comunidade, assim, a escola conhecerá melhor as necessidades, os problemas e as potências do universo com que trabalha. Assim, será possível adequar o ensino aos valores, tradições e cultura dessa população e, ao mesmo tempo, construir diálogos com instituições locais que atuem como parceiras no desafio de manter crianças e jovens na escola, aprendendo o que devem aprender na série adequada (GARRAFA; SETUBAL, 2015).

Cruz (2016) salienta que a educação é considerada um dos fatores de maior potencial para corrigir e combater a pobreza e conseqüentemente a desigualdade social. Não são poucas as pesquisas que mostram a sua força para ajudar a criar um país mais equânime. No entanto, aumentar o acesso de crianças e jovens ao sistema educacional não resulta automaticamente em mais justiça social. Ou seja, não é qualquer educação que deve ser oferecida. Isto porque os riscos de assim aumentar as desigualdades já existentes são latentes. É preciso proporcionar uma educação de qualidade, com base na realidade social e cultural do educando e de forma mais equânime.

Algo interessante mencionado por Carnoy (2015), é que enquanto houver pobreza no Brasil, não será possível atingir uma educação de excelência. Conforme o autor, todo dinheiro do

mundo não será capaz de transformar a educação sem uma mudança profunda na sociedade como um todo.

Carnoy (2015) ainda considera que a presença de crianças em situação de pobreza piora o sistema como um todo e que consertar a desigualdade de um país pela educação é o caminho mais caro, mas segundo o pesquisador, que estuda educação brasileira desde 1960, deveria começar por um ensino de qualidade, investindo desde a educação infantil.

Soares (2015) ressalta que existem diversas formas de identificar e analisar a educação no combate à pobreza e a desigualdade. Uma delas é por meio do acesso à escola, pois investir no sujeito por meio da educação de qualidade é uma forma de aumentar os seus bens, reduzir as desigualdades sociais e combater a própria pobreza. Assim, o acesso dos indivíduos a uma educação de qualidade está diretamente relacionado ao aumento da sua capacidade de gerar renda.

Para o crescimento impactar sobre os bens dos pobres, especialmente o capital humano, a educação deve ser refletida constantemente pelos profissionais da área, para ser distribuída com maior equidade e inclusão, chegando as camadas mais necessitadas da sociedade. Enquanto as políticas públicas para fazer uma redistribuição dos bens e das rendas são muito difíceis e politicamente inviáveis, aplicar no capital humano através da educação de qualidade é até aceito pela sociedade (VESPÚCIO, 2016).

Segundo Vaz (2016), a educação assume a função de aliviar a pobreza e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, pois a ideia de futuro está relacionada à educação das crianças e adolescentes em terem melhores oportunidades na vida do que os próprios pais. É importante enfatizar, conforme o autor, que a pobreza impede que uma pessoa tenha uma boa educação, pois enquanto crianças deveriam estar na escola estudando, estão buscando meios de sobrevivência imediata, as vezes até mesmo impulsionados pelos próprios pais.

Para Vespúcio (2016), os países em desenvolvimento, como o Brasil, têm investido cada vez mais na educação, com o intuito de combater a pobreza e a desigualdade social, mas só isso não basta conforme o autor. É preciso fazer uma relação entre os gastos com a educação e os resultados efetivamente alcançados, fazendo análise do desenvolvimento ocorrido através de métricas precisas. Para avaliar essas dimensões, é preciso avaliar diversas questões da educação, tais como: taxa de repetição; de evasão escolar; alfabetização funcional; taxas de matrículas; motivação dos alunos e dos professores; investimentos realizados em capital físico e em profissionais da educação; melhorias de conteúdos e de métodos de ensino; refletir, planejar e

adequar o currículo escolar de acordo com a vivência social e cultural dos alunos, permitindo a equidade entre os educandos; entre outras.

Nesse contexto, é importante ressaltar, conforme Dantas (2016) que o currículo da educação infantil, quando bem planejado é considerado importantíssimo no combate à pobreza e a desigualdade social, mas para isso, é preciso melhorias de conteúdos e de métodos de ensino, levando em consideração a realidade social e cultural do aluno pobre, buscando assim, trabalhar o tema da pobreza e da desigualdade social na sala de aula de forma alternativa, sem esquecer de respeitar a vivência de cada criança. Dessa forma, é preciso refletir sobre a prática pedagógica do educador, transformando assim, o modo tradicional de ensinar e de avaliar nas salas de aula.

É necessário, conforme o autor, integrar nos currículos de educação de base os conteúdos e as abordagens pedagógicas temas transversais relacionados aos direitos humanos, cidadania, saúde e segurança no trabalho, igualdade de oportunidades no trabalho, combate à discriminação, combate a pobreza, combate à desigualdade, combate ao trabalho escravo e degradante, meio ambiente, entre outros (DANTAS, 2016).

É preciso também, segundo Vaz (2016), relacionar a melhoria da educação a questões fora da escola, ou seja, além dos muros escolares, mas que fazem parte da realidade do educando em sua comunidade, tais como: natalidade, mortalidade infantil, acidentes de trânsito, saúde, violência, pobreza, desigualdade social, entre outras, pois a educação dos indivíduos, desde o ensino infantil, deve ser feito sob a ótica de várias dimensões, com a finalidade de formar cidadãos críticos e reflexivos, que contribuam com a sociedade.

Vespúcio (2016) diz que é preciso criar e/ou fortalecer as políticas de qualidade, pois pessoas com educação não são excluídas da sociedade, não são manipulados pela mídia ou por políticos corruptos, assim não tem os seus direitos usurpados e tem consciência do seu papel de cidadão na sociedade, sabem melhor equilibrar suas finanças, respeitam e exigem que seus direitos sejam respeitados. Para combater a pobreza e a desigualdade social, o autor resalta que a educação deve ser acessível a cada indivíduo de igual modo, sendo incluída em política de formação do cidadão em diversos ângulos, pois todas as melhorias passam pela educação.

É importante ressaltar que a pobreza e a desigualdade social estão associadas a múltiplas causas, porém, estão fortemente correlacionadas ao baixo nível de escolaridade. Dessa forma, percebe-se que a educação é considerada extremamente importante no combate à pobreza e a desigualdade social, pois a redução da pobreza está associada a mudanças estruturais no sistema educacional que garantem acesso à educação de qualidade para todas as pessoas. As diferenças educacionais entre os indivíduos geram uma desigualdade no ensino, no mercado de

trabalho e conseqüentemente na renda, que resulta na persistência da pobreza. Dessa forma, pode-se dizer que para combater a pobreza, reduzindo a desigualdade social é necessário haver democratização do ensino, proporcionando a todos os indivíduos educação de qualidade (BRITO et al., 2016).

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo, foi realizado com base em pesquisas bibliográficas retiradas de livros, artigos e revistas científicas, possibilitando a construção de um referencial teórico amplo e rico, abordando de forma adequada os assuntos que estão relacionados a temática em questão. Em outras palavras, pode-se dizer que o presente artigo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica com o principal objetivo de buscar refletir sobre a importância da educação no combate à pobreza e a desigualdade social.

De acordo com Sacomano Neto (2017) a pesquisa bibliográfica trata de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise se suas pesquisas ou manipulação de suas informações. A bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, onde a importância está na interpretação e na compreensão dos significados das ações e relações de fatos não quantificáveis.

Segundo Silva (2016), a pesquisa qualitativa é de caráter exploratório, em que incentiva os entrevistados a expressar-se e falar abertamente sobre algum assunto, problemas, tema. Em que fazem surgir aspectos subjetivos, atingindo suas, motivações não explícitas, e até o não consciente, de um jeito espontâneo.

Os objetivos definidos para a realização deste trabalho foram de dois tipos específicos, sendo exploratório e descritivo. No estudo exploratório a pesquisa está direcionada para compreensão inicial das possibilidades de interação existente entre as variáveis que caracterizam um fenômeno. Enquanto estudo descritivo, a pesquisa buscará medir o comportamento quantitativo das variáveis de uma realidade e analisam as associações existentes entre elas.

Para Oliveira (2015) pode-se dizer que pesquisa exploratória busca explorar novos caminhos e novos espaços, procura informações sobre um objeto, demarcando assim um campo

de trabalho, aplicando as condições de revelamento desse objeto, preparando para a pesquisa descritiva.

Segundo Duarte (2016) a pesquisa descritiva tem como finalidade de expor as características de uma população, de um acontecimento ou de um caminho já percorrido. Esse tipo de pesquisa estabelece relação modificáveis no objeto de estudo investigado. Modificando-os em relação à distribuição, proporção, dimensão que podem se alterar mediante o procedimento realizado. Em outras palavras, percebe-se que a pesquisa descritiva é muito utilizada nas ciências humanas e sociais, tendo em vista que descreve opiniões, comportamento socioeconômico e psicossocial.

Em síntese, pode-se dizer que a pesquisa em questão possui procedimentos técnicos bibliográficos, com abordagem qualitativa, sendo exploratório e descritivo.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A presente pesquisa foi realizada através de pesquisas bibliográficas com o objetivo de refletir sobre a importância da educação no combate à pobreza e a desigualdade social.

Os temas da pobreza, desigualdade e da educação sempre foram vistos como questões de direitos humanos, que precisavam ser enfrentadas por razões éticas e morais. Mais recentemente, no entanto, foi se tornando evidente que a pobreza, a desigualdade social e a ausência de serviços básicos da área da educação e da saúde são também causas importantes das dificuldades que os países enfrentam para sair do subdesenvolvimento.

Segundo Garrafa e Setubal (2015) a educação é o melhor instrumento para combater a pobreza e a desigualdade social. Entretanto, é preciso investimento na estrutura física da escola, nos recursos didáticos e na capacitação dos educadores para que saibam trabalhar corretamente com essa problemática social na sala de aula, adequando assim, os conteúdos, o currículo escolar e a prática didática de acordo com a vivência do educando pobre. É preciso também desenvolver iniciativas que promovam a abertura da escola à comunidade, pois somente dessa forma, a escola conhecerá melhor as necessidades, os problemas e a realidade social e cultural onde trabalha.

Nesse contexto, percebe-se que a educação é a melhor garantia de combater a pobreza e conseqüentemente a desigualdade social, no entanto, é fundamental proporcionar uma educação de qualidade a todos os educandos, desde a infância, com base na realidade social e cultural do discente e de forma mais equânime.

O acesso dos indivíduos a uma educação de qualidade está diretamente relacionado ao aumento da sua capacidade de gerar renda, aumentar os seus bens, reduzir as desigualdades sociais e combater a própria pobreza (SOARES, 2015).

Vespúcio (2016) explica que para combater a pobreza e a desigualdade social é preciso fazer uma relação entre os gastos com a educação e os resultados efetivamente alcançados, avaliando diversas questões da educação, tais como: taxa de repetição; de evasão escolar; alfabetização funcional; taxas de matrículas; motivação dos alunos e dos professores; investimentos realizados em capital físico e em profissionais da educação; melhorias de conteúdos e de métodos de ensino; refletir, planejar e adequar o currículo escolar de acordo com a vivência social e cultural dos alunos, permitindo a equidade entre os educandos; entre outras.

Maudonnet (2016), diz que a elaboração de um currículo para educação infantil na luta contra a pobreza envolve diferentes aspectos como tais como: organização do tempo e espaço, seleção e utilização de material, agrupamento das crianças, definição dos conteúdos selecionados, metodologia condizente à teoria adotada e a forma de avaliação do processo avaliativo.

O currículo da educação infantil, quando bem elaborado é extremamente importante na luta contra a pobreza e a desigualdade social, entretanto, é necessárias melhorias de conteúdos e de métodos de ensino, levando em consideração a realidade vivida pelo educando pobre (DANTAS, 2016).

O estudo mostrou que buscando é imprescindível trabalhar a temática da pobreza e da desigualdade social na sala de aula de forma dinâmica, criativa e inovadora, respeitando acima de tudo a vivência de cada criança. É preciso também que o docente reflita sobre a sua prática pedagógica, buscando transformar o modo tradicional de ensinar e de avaliar nas salas de aula.

É necessário também integrar nos currículos de educação de base os conteúdos e as abordagens pedagógicas temas transversais relacionados aos direitos humanos, cidadania, saúde e segurança no trabalho, igualdade de oportunidades no trabalho, combate à discriminação, combate à pobreza, combate à desigualdade, combate ao trabalho escravo e degradante, meio ambiente, entre outros (DANTAS, 2016).

Assim, para concretizar uma educação de qualidade para todos e lutar contra a pobreza e desigualdade social, os currículos da educação infantil devem ter mais pertinência e permitir o aumento de equidade entre os educandos. É importante que se busque trabalhar no desenvolvimento de referência curricular que permita integrar nos currículos de educação de

base os conteúdos e as abordagens pedagógicas mais pertinentes para a luta contra a pobreza (FERREIRA, 2016).

A pobreza e a desigualdade social estão associadas a várias causas, porém, estão associadas principalmente ao baixo nível de escolaridade. Para combater a pobreza e a desigualdade social é preciso haver mudanças estruturais no sistema educacional, buscando garantir acesso à educação de qualidade para todas as pessoas de igual modo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pobreza é entendida como a falta de acesso à serviços importantes como a saúde, a educação, segurança e de mínimos recursos financeiros por parte de indivíduos de determinados grupos sociais que prejudica ou impossibilita a subsistência dos mesmos. Geralmente a pobreza é vista como a privação das condições necessárias para termos acesso a uma vida digna, gerando assim desigualdade social, que está associada a má distribuição de renda e a falta de investimento na área social, educacional, entre outras.

A desigualdade social e a pobreza têm naturezas distintas, porém são problemas sociais que afetam a maioria dos países do mundo na atualidade. A pobreza existe em países pobres ou ricos, mas a desigualdade social ocorre especificamente em países subdesenvolvidos e não desenvolvidos, como o Brasil, onde não há um equilíbrio no padrão de vida dos seus habitantes, seja no âmbito econômico, educacional, cultural, profissional, de gênero, entre outros.

A educação de qualidade é o melhor instrumento para combater a pobreza e a desigualdade social. Mas é necessário investimento público na estrutura física da escola, nos recursos didáticos e principalmente investimento na capacitação dos educadores para que eles saibam trabalhar a temática da pobreza e da desigualdade social na sala de aula, adequando os conteúdos e a prática didática de acordo com a vivência do educando pobre.

Conclui-se que a educação é vista como uma ferramenta importante no combate à pobreza e a desigualdade social, mas para isso é preciso haver mudanças estruturais no sistema educacional que garantam acesso à educação de qualidade para todos. As diferenças educacionais entre os indivíduos geram desigualdade no mercado de trabalho, que gera desigualdade na renda, que resulta na persistência da pobreza. Assim, a pobreza, a escola e consequentemente o currículo estão intimamente relacionadas.

A pobreza e a desigualdade estão associadas a múltiplas causas, porém, estão fortemente correlacionadas ao baixo nível de escolaridade. O combate da pobreza e a redução da desigualdade social para ser efetivada, deve passar pela democratização do ensino, proporcionado a todos os alunos, incluindo os discentes mais pobres e vulneráveis uma educação de qualidade. Diante do exposto, como recomendações para os trabalhos futuros, sugere-se um estudo sobre a pobreza e o currículo na educação infantil.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Jonas. **Significado de Desigualdade Social**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/desigualdade-social/>>, acesso em: 16 de outubro de 2019.

ALVARES, Simone. **Conceito de Pobreza**. Disponível em: <<http://queconceito.com.br/pobreza>>, acesso em: 16 de outubro de 2019.

BARROS, Ana Lúcia de; CARAMURU, Catarina Almeida Garret Teixeira; RODRIGUES, Elisângela Vasconcelos; OLIVEIRA MIGUEL, Gleice Caroline de; NAIM, Jony da Costa; MURACKAMI, Marcos Yoshio; GAMBATO, Mario Victor Rodrigues; OLIVEIRA, Sandra Mara da Silva. **Alternativas Para o Trabalho**. V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa. São Paulo, 2014.

BORGES, Vanderle; INÁCIO, Adriele Andreia. **Programa bolsa família: combate a pobreza no município de pato branco – pr**. Disponível em: <[http://www.esedh.pr.gov.br/modules/inscrit\\_quest/uploads/8/08042016080415\\_PDF.pdf](http://www.esedh.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/uploads/8/08042016080415_PDF.pdf)>, acesso em: 16 de outubro de 2019.

BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **ESCOLA, POBREZA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE A EDUCABILIDADE**. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930\\_10055.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf)>, acesso em: 16 de outubro de 2019.

CAMARGO, Orson. **Desigualdade social**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>>. Acesso em 13 de novembro de 2017>, acesso em: 18 de outubro de 2019.

CARNOY, Martin. **Relação entre educação e pobreza**. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/08/14/para-uma-educacao-de-qualidade-e-preciso-mudar-a-sociedade-diz-pesquisador/>>, acesso em> 19 de outubro de 2019.

CRUZ, Priscilla. **O berço da desigualdade educacional**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/2017/11/08/o-berco-da-desigualdade-educacional.htm?cmpid=copiaecola>>, acesso em 19 de outubro de 2019.

DANTAS, Ana Sueli Melo. **Crianças em Creche: um espaço onde o cuidar e o educar caminham juntos**. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/politicas->

publicas/criancas-em-creche-um-espaco-onde-o-cuidar-e-o-educar-caminham-juntos>, acesso em: 21 de outubro de 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade\\_da\\_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf)>, acesso em 21 de outubro de 2019.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Coleta bibliográfica.** Monografias Brasil Escola. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/coleta-bibliografica-coleta-documental.htm>>, acesso em: 22 de outubro de 2019.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisas: Exploratória, Descritiva e Explicativa.** Monografias Brasil Escola. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm>>, acesso em: 22 de outubro de 2019.

FERREIRA, Marta. **Como poderia o currículo contribuir melhor para a luta contra a pobreza?** Disponível em: <[www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod\\_forum/.../curriculo\\_pobreza.pdf](http://www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod_forum/.../curriculo_pobreza.pdf)>, acesso em: 22 de outubro de 2019.

GARRAFA, Thais; SETUBAL, Maria Alice. **Educação de qualidade e superação da pobreza.** Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/noticia.php?it=11202>>, acesso em 23 de outubro de 2019.

GRISPINO, zabel Sadalla. **Alerta universal sobre a educação infantil.** Disponível em: <[http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1452](http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1452)>, acesso em: 23 de outubro de 2019.

HONORATO, Priscila. **Saiba o que é e como funciona o Plano de Desenvolvimento de Educação.** Disponível em:< <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/27690/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>>, acesso em: 23 de outubro de 2019.

MARTINS, Juliana. **Qual a diferença entre pobreza relativa e pobreza absoluta?** Disponível em: <<https://brainly.com.br/tarefa/4836993>>, acesso em: 25 de outubro de 2019.

MAUDONNET, Janaina. **Currículo na Educação Infantil.** Disponível em: <<http://pedagogiacomainfancia.blogspot.com.br/2014/01/curriculo-na-educacao-infantil.html>>, acesso em: 25 de outubro de 2019.

MOITA, Wilson. **O que é a Pobreza?** Disponível em: <<https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>>, acesso em: 25 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, Daniel Barbosa de. **Conceito de Educação.** Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAT18AJ/conceito-educacao>>, acesso em: 26 de outubro de 2019.

PANIAGO, Renata. **Plano de Desenvolvimento de Educação.** Disponível em: < <https://pt.linkedin.com/pulse/plano-de-desenvolvimento-da-educa%C3%A7%C3%A3o-dermeval-saviani-andreza>>, acesso em: 25 de outubro de 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **A Pobreza no Brasil.** Disponível em: < <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm>>, acesso em: 26 de outubro de 2019.

RAMOS, Delano. **Conceito de Pobreza.** Disponível em: < <http://queconceito.com.br/pobreza>>, acesso em: 26 de outubro de 2019.

SACOMANO NETO, Mário; VITORINO FILHO, Valdir Antonio; MACIEL, Rafaela Cristina; CHIARINI, Thatiane Joana; ARMELIN, Marco Antonio. **A INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO MERCADO DE TRABALHO.** UNIMEP Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://www.transformare.adm.br/wp-content/uploads/2012/07/04\\_VALDIR-ANTONIO-VITORINO-FILHO.pdf](http://www.transformare.adm.br/wp-content/uploads/2012/07/04_VALDIR-ANTONIO-VITORINO-FILHO.pdf)>, acesso em: 26 de outubro de 2019.

SANTIS, Marta. **Significado de Educação.** Disponível em: <<https://www.significados.com.br/educacao/>>, acesso em: 26 de outubro de 2019.

SANTOS, Luiz Felipe. **Inclusão na educação exige combater a pobreza e medir a aprendizagem.** Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/conhecimento-transforma/noticia/2017/11/inclusao-na-educacao-exige-combater-a-pobreza-e-medir-a-aprendizagem-cj9k14aht0glk01lcity4w15h.html>>, acesso em: 27 de outubro de 2019.

SARAIVA, Walesson. **Desigualdade Social.** Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/desigualdade-social/>>, acesso em: 27 de outubro de 2019.

SILVA, Antônio Erinaldo Amorim da. Conceito: **Pesquisa Bibliografia e pesquisa de campo.** Universidade Aberta do Brasil. Polo da UAB de Piracuruca. Piracuruca, 2011. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/erinaldoamorim/tarefa-modulo-3-met-cient>>, acesso em: 27 de outubro de 2019.

SILVA, Lucilia Carvalho da. **Reflexões sobre a relação: educação e pobreza.** Disponível em: <[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170608151806.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608151806.pdf)>, acesso em: 28 de outubro de 2019.

SOUZA, Marta. **Exclusão Social.** Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/exclusao-social/>>, acesso em: 28 de outubro de 2019.

SOARES, João. **Pobreza, Educação e Desigualdade.** Disponível em: <[http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno\\_artigos\\_digital.pdf](http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno_artigos_digital.pdf)>, acesso em: 28 de outubro de 2019.

VAZ, Antônio. **Como a educação pode mudar o mundo.** Disponível em: < <http://blog.portalpravalier.com.br/como-a-educacao-pode-mudar-o-mundo/>>, acesso em: 28 de outubro de 2019

VESPÚCIO, Euler. **Educação diminui a pobreza.** Disponível em: <<https://www.ultimasnoticias.inf.br/noticia/educacao-diminui-a-pobreza/>>, acesso em: 28 de outubro de 2019.